AGROGES.ACONTECE

REVISTA AGRO.GES . NÚMERO 8 . FEVEREIRO **2020**

P. 03
ImPAC TO 2030
IMPACTO DA REFORMA DA PAC NAS EMPRESAS E EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

P. 06
RESULTADOS DA AGRICULTURA PORTUGUESA EM 2019

P.11
ALQUEVA E A ESCASSEZ DE ÁGUA
ANÁLISE AOS DESAFIOS ENFRENTADOS

P. 16
A TERRA E OS HOMENS
O SETOR VITIVINÍCOLA EM PORTUGAL: O PANORAMA

ÍNDICE

03
ImPAC TO 2030

06
RESULTADOS DA AGRICULTURA PORTUGUESA EM 2019

11
ALQUEVA E A ESCASSEZ DE ÁGUA

16
O SETOR VITIVINÍCOLA EM PORTUGAL: O PANORAMA

ImPAC TO 2030

IMPACTO DA REFORMA DA PAC NAS EMPRESAS E EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

UM NOVO SERVIÇO AGROGES

Francisco Avillez
COORDENADOR CIENTÍFICO
favillez@agroges.pt

Manuela Nina Jorge
DIRECTORA FINANCEIRA
mnjorge@agroges.pt

Pedro Serrano
OPERATIONS MANAGER
pserrano@agroges.pt

A SUA EQUIPA
IMPAC TO 2030

Francisco Gomes da Silva
GENERAL MANAGER
fgsilva@agroges.pt

Gonçalo Vale
COLABORADOR TÉCNICO
gvale@agroges.pt

O PROBLEMA

Estão a decorrer, há já alguns meses, as negociações para a Reforma da PAC para o período pós-2020. Desde o início destas negociações que a AGROGES, como sempre o tem feito, acompanha muito de perto todas as decisões que vão sendo tomadas, tanto ao nível da Comissão Europeia como ao nível do Parlamento Europeu.

Com o que já se conhece das negociações em curso, a AGROGES consegue quantificar os impactos mais ou menos significativos que são esperados nos níveis de apoio de cada exploração agrícola, sendo este impacto muito condicionado pela situação atual de cada uma das explorações - dimensão da exploração, sistema de agricultura praticado e culturas que o compõem, número e valor dos direitos de RPB+Greening, Pagamentos Ligados à Produção e Medidas Agroambientais de que beneficiam.

Alicerçada na sua larga experiência no acompanhamento dos sucessivos processos de reforma da PAC e, em particular, daquele que está em curso, a AGROGES desenvolveu um Modelo que incorpora de forma exaustiva todas as variáveis que definem (e definirão) os instrumentos da PAC e as suas condicionantes, o que nos permite:

Ao contratar este novo serviço AGROGES, o agricultor terá acesso, atempadamente, a toda a informação necessária para poder tomar as decisões mais adequadas à sua exploração.

- identificar um conjunto de alterações significativas nos apoios PAC atualmente em vigor (Condicionalidade, Pagamento Base, Greening, etc ...),
- traçar e cenarizar linhas de tendência (Cenários) para o conjunto de instrumentos de política que a constituem,
- simular e estimar os impactos esperados, ao nível de cada exploração agrícola, para cada um dos Cenários definidos;
- definir um conjunto de ações recomendadas que permitam a cada agricultor tirar o melhor partido possível da nova envolvente política.

À medida que as negociações avançarem, os resultados apurados para os diversos Cenários irão convergindo para o "Cenário Final" – aquele que resultará do fecho das negociações e da transposição das decisões para o enquadramento legislativo nacional.

Ao contratar este novo serviço AGROGES, o agricultor terá acesso, atempadamente, a toda a informação necessária para poder tomar as decisões mais adequadas à sua exploração.

O SERVIÇO

A adesão a este novo serviços AGROGES – **ImPAC to 2030** – permitirá ao agricultor conhecer, com toda a antecedência e de forma personalizada, os impactos das diversas decisões comunitárias e nacionais que vão sendo tomadas e, de forma segura, tomar o conjunto de decisões que lhe permitam minimizar impactos negativos e tirar partido das oportunidades que uma revisão da PAC sempre acarreta.

Este serviço baseia-se nos seguintes passos:

Etapa 1
Adesão ao serviço (aqui)

Etapa 2
Contacto de um elemento da equipa **ImPAC to 2030** da Agroges

Etapa 3
Recolha da informação relativa à situação atual

Etapa 4
Simulação inicial dos impactos para os diferentes Cenários de evolução das ajudas previstas e produção de Relatório inicial de diagnóstico

Etapa 5
Repetição da simulação para os diferentes Cenários sempre que nova e mais definitiva informação seja conhecida (tanto ao nível da UE como ao nível Nacional) e produção, sempre que se justifique, de Recomendações que permitam (1) minimizar os impactos negativos dos níveis de ajudas e (2) tirar partido dessas novas informações

Etapa 6
Simulação Final, a efetuar quando todas as decisões estiverem tomadas, com Recomendações detalhadas.

COMO ADERIR AO SERVIÇO IMPAC TO 2030

Quanto mais precocemente aderir ao **ImPAC to 2030**, melhor e mais consistente informação terá para tomar atempadamente todas as decisões que salvaguardem os níveis de apoio de que poderá beneficiar ao abrigo da nova PAC pós 2020.

Para conhecer todas as condições associadas à adesão a este novo serviço, inscreva-se através deste link, e em breve será contactado pela Equipa **ImPAC to 2030** da AGROGES.

RESULTADOS DA AGRICULTURA **PORTUGUESA EM 2019**

A AGRICULTURA PORTUGUESA TEVE EM 2019 UM DOS QUATRO RESULTADOS ECONÓMICOS MAIS FAVORÁVEIS DA ÚLTIMA DÉCADA

Francisco Avillez
PROFESSOR CATEDRÁTICO EMÉRITO
COORDENADOR CIENTÍFICO DA AGRO.GES
favillez@agroges.pt

De acordo com os dados publicados pelo INE (ver aqui), em Dezembro de 2019, no âmbito da primeira estimativa[1] das Contas Económicas de Agricultura (CEA), os principais indicadores evoluíram, neste último ano, de forma mais positiva do que, em média, nos últimos 10 anos, constituindo uma das quatro evoluções mais favoráveis deste período.

Vejamos, de forma detalhada, o que aconteceu.

O **produto agrícola bruto em volume**, medido pelo valor acrescentado bruto a preços no produtor constantes, cresceu 4,2% em 2019 em relação ao ano anterior, o que não só representa uma melhoria significativa em relação à média da última década (+0,5%), como também um dos quatro valores mais elevados dos últimos dez anos, conjuntamente com

1. Esta estimativa das CEA para o ano de 2019 foi calculada de acordo com a nova base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas, cujas alterações metodológicas provocaram ajustamentos nos valores correspondentes aos diferentes anos do período 1980-2019.

os crescimentos verificados entre 2012 e 2013 (+2,9%), 2014 e 2015 (+9,2%) e 2016 e 2017 (12,4%) (Quadro 1).

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DO PRODUTO E DO RENDIMENTO AGRÍCOLAS NA ÚLTIMA DÉCADA

	VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%)											
	2008 2009	**2009 2010**	**2010 2011**	**2011 2012**	**2012 2013**	**2013 2014**	**2014 2015**	**2015 2016**	**2016 2017**	**2017 2018**	**2018 2019**	**Média entre 2009-19**
Produto agrícola bruto												
em volume[1)]	-5,9	-1,0	-4,2	-2,0	2,9	0,7	9,2	-10,6	12,4	-4,2	4,2	0,5
em valor[2)]	-7,1	2,0	-15,6	-0,1	17,4	-2,2	11,1	-7,4	13,1	0,3	4,6	1,9
Rendimento agrícola												
do sector[3)]	-11,6	6,7	-13,6	3,9	8,2	-2,5	6,1	6,0	1,7	1,4	4,8	2,1
dos produtores[4)]	-14,4	16,7	-13,9	7,5	14,7	1,2	8,6	8,0	4,2	0,1	5,6	4,9

1) Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a preços no produtor constantes
2) Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a preços no produtor correntes nominais
3) Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a custo de fatores a preços nominais
4) Equivalente ao indicador do INE designado por Rendimento da Atividade Agrícola e medido pelo rendimento dos fatores deflacionado pelo IPIB e Dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total

Este aumento, em 2019, do produto agrícola bruto em volume foi consequência de uma variação positiva no volume da produção agrícola (+2,8%) superior à variação verificada para o volume dos consumos intermédios (+2,0%).

O **produto agrícola bruto em valor,** medido pelo valor acrescentado bruto a preços no produtor correntes, cresceu 4,6% em 2019 em relação a 2018, evolução esta que foi, também, bastante mais elevada do que a verificada, em média, na última década (+1,9%), tendo também representado um dos quatro valores mais elevados dos últimos dez anos, conjuntamente com as variações verificadas entre 2012 e 2013 (+17,4%), entre 2014 e 2015 (+11,1%) e entre 2016 e 2017 (+13,1%).

Este aumento, em 2019, do produto agrícola bruto em valor foi também ele consequência de um crescimento do valor da produção do ramo agrícola (+3,5%) superior ao do valor dos consumos intermédios (+2,8%).

Importa sublinhar que a evolução positiva prevista para o valor da produção agrícola em 2019 face a 2018, foi consequência dos ganhos alcançados pela produção vegetal (+4,3%) e animal (+2,1%). No caso da produção vegetal, esses ganhos foram em volume (+4,8%) que mais que compensaram a redução dos preços (-0,5%) e no caso da produção animal, a evolução positiva prevista resulta de ganhos nos preços (+2,3%) que mais compensam os ligeiros decréscimos no respetivo volume (-0,2%).

No que se refere aos consumos intermédios, é de realçar que a sua evolução em valor foi consequência de aumentos, entre 2018 e 2019, quer do volume (+2%), quer dos preços (+0,8%).

No que diz respeito ao **rendimento do sector agrícola nacional** medido pelo valor acrescentado bruto a custo de fatores e a preços correntes, a sua variação entre 2018 e 2019 (+4,8%) foi, não só, muito mais positiva do que a verificada, em média, na última década (+2,1%), como também, uma das quatro variações anuais mais favoráveis dos últimos dez anos, conjuntamente com as variações verificadas entre 2012 e 2013 (+8,2%), 2014 e 2015 (+6,1%) e 2016 e 2017 (+1,7%).

Este aumento no rendimento do sector agrícola face ao ano anterior foi consequência de uma evolução favorável quer do produto agrícola em valor (+4,6%), quer das transferências de rendimento geradas pelas políticas agrícolas (+6,3%).

O rendimento dos produtores agrícolas, medido pelo rendimento dos fatores deflacionados pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total, aumentou 5,6%, entre 2018 e 2019, o que tendo sido ligeiramente superior à variação verificada em média na última década, foi apenas o sexto melhor resultado dos últimos dez anos, atrás das variações entre 2009-10 (+16,7%), 2011-12 (+7,5%), 2012-13 (+14,7%), 2014-15 (+8,6%) e 2015-16 (+8,0%).

Importa chamar a atenção para as significativas variações médias anuais que estes indicadores apresentaram entre 2008 e 2019, o que aconselha uma abordagem numa base trienal, da qual se podem retirar as seguintes principais conclusões (Quadro 2).

Primeiro, que o produto agrícola bruto em volume se manteve em média praticamente estagnado nos últimos dez anos (+0,3%/ano), tendo em valor crescido muito ligeiramente (+1,3%/ano), o mesmo tendo sucedido com o rendimento do sector agrícola (+1,1%/ano). Já o rendimento dos produtores agrícolas teve um comportamento mais favorável com um crescimento médio anual de 3,8%/ano (Quadro 2).

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DO PRODUTO E DO RENDIMENTO AGRÍCOLAS ENTRE OS TRIÉNIOS "2008", "2013" E "2018"

	TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%/ANO)		
	"2008"-"2013"	"2013"-"2018"	"2008"-"2018"
Produto agrícola bruto			
em volume[1)]	-1,2	1,9	0,3
em valor[2)]	-1,6	4,2	1,3
Rendimento agrícola			
do sector[3)]	-1,1	3,4	1,1
dos produtores[4)]	2,1	5,6	3,8

1) Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a preços no produtor constantes
2) Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a preços no produtor correntes nominais
3) Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a custo de fatores a preços nominais
4) Equivalente ao indicador do INE designado por Rendimento da Atividade Agrícola e medido pelo rendimento dos fatores deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total

Segundo, que se verificou um comportamento muito distinto entre os dois subperíodos que dividem ao meio a década anterior, com valores maioritariamente negativos para os diferentes indicadores em causa entre os triénios "2008" e "2013" (-1,2%/ano, -1,6%/ano, -1,1%/ano e +2,1%/ano, respetivamente) e sempre positivos, entre os triénios "2013" e "2018" (+1,9%/ano, +4,2%/ano, +3,4%/ano e +5,6%/ano, respetivamente).

Pode-se destes dados concluir que o indicador **rendimento dos produtores agrícolas** foi aquele que teve o comportamento mais favorável nesta última década, o que justifica uma sua análise mais detalhada.

Este indicador, que é designado pelo INE por rendimento da atividade agrícola pode ser decomposto em dois indicadores distintos:

- a **competitividade dos produtores agrícolas**, medida pelo valor acrescentado líquido a preços constantes dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total;

- o suporte direto aos produtores, medido pelo valor total dos pagamentos diretos aos produtores do 1º e 2º Pilares da PAC líquidos dos respetivos impostos, deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total.

Procedendo a esta decomposição para os dados das CEA de 2019 é possível concluir da análise das taxas de variação médias anuais dos respetivos valores, que (Quadro 3):

- o aumento (+4,9%) bastante significativo alcançado pelo rendimento dos produtores agrícolas entre 2018 e 2019, resultou de ganhos de competitividade (+5,5%) e de um aumento do suporte direto dos produtores (+5,7%) relativamente semelhantes e todos eles ligeiramente superiores aos verificados, em média, nos últimos dez anos (+4,9, +4,7 e +5,3%);
- os ganhos de competitividade, entre 2018 e 2019, foram alcançados como resultado de ganhos de produtividade, quer do fator trabalho (+6,1%), quer dos fatores intermédios e de capital (+2,5%), ambos superiores à média do período analisado (+4,3 e-0,8%) e, apenas, inferiores aos verificados entre 2012-13 (+8,2 e + 2,8%), 2014-15 (+12,1 e 6,7%) e 2016-17 (+17,6 e +9,7%).

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS E DAS RESPETIVAS COMPETITIVIDADES, SUPORTE DIRETO, PRODUTIVIDADES E MÃO-DE-OBRA NA ÚLTIMA DÉCADA

	VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%)											
	2008 2009	2009 2010	2010 2011	2011 2012	2012 2013	2013 2014	2014 2015	2015 2016	2016 2017	2017 2018	2018 2019	Média entre 2009-19
Rendimento dos produtores agrícolas[1)]	-14,4	16,7	-13,9	7,5	14,0	1,2	8,6	8,0	4,2	0,1	5,6	4,9
competitividade[2)]	-9,8	9,7	-18,7	2,5	31,4	0,9	16,7	-10,4	20,8	-1,6	5,5	4,7
suporte directo[3)]	-23,1	32,5	-5,1	15,3	-9,1	1,7	-7,8	55,3	-20,3	3,7	5,7	5,3
Produtividades parciais												
do fator trabalho[4)]	-4,4	8,1	-0,9	-1,0	8,2	6,9	12,1	-8,0	17,6	-3,5	6,1	4,3
dos fatores intermédios de capital[5)]	-6,4	-2,3	-3,7	-1,4	2,8	-3,9	6,7	-12,5	9,7	-4,0	2,5	-0,8
Volume da mão-de-obra agrícola[6)]	-1,6	-8,4	-3,3	-1,0	-5,0	-5,8	-2,6	-2,8	-4,4	0,7	-0,4	-2,8

1) Equivalente ao indicador do INE designado por Rendimento da Atividade Agrícola e medido pelo rendimento dos fatores deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total
2) Medido pelo valor acrescentado líquido a preços no produtor correntes deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total
3) Medido pelos pagamentos diretos aos produtores líquidos dos impostos sobre os produtos e a produção deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total
4) Medido pelo valor acrescentado líquido a preços no produtor constantes deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total
5) Medido pelo valor acrescentado líquido agrícola gerado por unidade de valor da produção ambos a preços no produtor constantes
6) Equivalente ao número total de unidade de trabalho ano (UTA) agrícola assalariada e não-assalariada

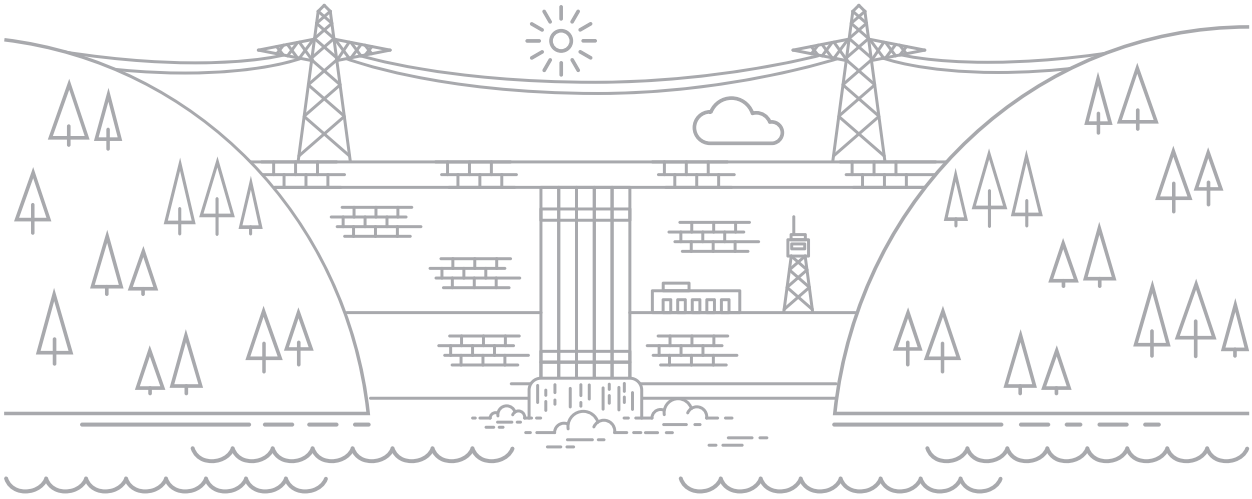
As grandes variações médias anuais que estes indicadores têm apresentado nesta última década justificam que se proceda a uma sua abordagem numa base trienal.
Da análise do comportamento dos indicadores em causa entre os triénios "2008" e "2018", podem-se retirar as seguintes principais conclusões (Quadro 4).
Primeiro, que entre os triénios em causa, o rendimento dos produtores agrícolas portugueses cresceu, em média, 3,8%/ano, o qual resultou mais dos ganhos de competitividade (+4,0%/ano) do que das transferências de rendimento geradas pelos pagamentos diretos aos produtores (+3,4%/ano), comportamento este que foi, sobretudo, muito positivo nos últimos cinco anos ("2013"-"2018").
Segundo, que os ganhos de competitividade alcançados resultaram exclusivamente da evolução positiva da produtividade do trabalho (+4,1%/ano) que mais compensou as perdas verificadas, entre os triénios "2008" e "2018", para a produtividade dos fatores intermédios e de capital (-1,0%/ano), comportamento este que se verificou nos dois subperíodos analisados, se bem que de forma mais favorável para os últimos cinco anos.
Terceiro, que os ganhos de produtividade do trabalho só foram minoritariamente resultantes da redução do volume de mão-de-obra agrícola (-1,3%/ano), situação esta que tem vindo a evoluir de uma forma bastante favorável nos últimos anos.

QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS E DAS RESPETIVAS COMPETITIVIDADES, SUPORTE DIRETO, PRODUTIVIDADES E MÃO-DE-OBRA ENTRE OS TRIÉNIOS "2008", "2013" E "2018"

	TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%/ANO)		
	"2008"-"2013"	"2013"-"2018"	"2008"-"2018"
Rendimento dos produtores agrícolas[1)]	2,1	5,6	3,8
competitividade[2)]	1,3	6,8	4,0
suporte directo[3)]	3,6	3,1	3,4
Produtividades parciais			
do factor trabalho[4)]	3,9	5,3	4,1
dos factores intermédios de capital[5)]	-1,7	-0,3	-1,0
Volume da mão-de-obra agrícola[6)]	-4,0	-3,3	-1,3

1) Equivalente ao indicador do INE designado por Rendimento da Atividade Agrícola e medido pelo rendimento dos fatores deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total
2) Medido pelo valor acrescentado líquido a preços no produtor correntes deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total
3) Medido pelos pagamentos diretos aos produtores líquidos dos impostos sobre os produtos e a produção deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total
4) Medido pelo valor acrescentado líquido a preços no produtor constantes deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total
5) Medido pelo valor acrescentado líquido agrícola gerado por unidade de valor da produção ambos a preços no produtor constantes
6) Equivalente ao número total de unidade de trabalho ano (UTA) agrícola assalariada e não-assalariada

Pode-se, neste contexto, concluir que neste último ano os resultados económicos alcançados pela agricultura portuguesa foram globalmente positivos, tendo contribuído para uma evolução favorável dos diferentes indicadores económicos sectoriais nos últimos cinco anos.



ALQUEVA E A **ESCASSEZ DE ÁGUA**

ANÁLISE AOS DESAFIOS ENFRENTADOS: FACTOS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES.

Francisco Gomes da Silva
DIRECTOR GERAL DA AGRO.GES
fgsilva@agroges.pt

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Sou defensor do regadio em geral, enquanto meio imprescindível para garantir a competitividade da agricultura portuguesa, uma vez avaliados os eventuais impactos negativos que dele possam decorrer. Esta minha posição, ao contrário de outros, é reforçada pelo enquadramento que resulta do processo de alterações climáticas, naquilo que são as consequências expectáveis dos diversos cenários que projetam o que poderemos esperar em matéria de clima para os próximos 50 anos. Por tudo isto (e não apesar de tudo isto), sou particularmente defensor do projeto de regadio de Alqueva, por tudo o que ele representa em matéria de desenvolvimento económico, de coesão social e territorial, e de promoção de valores ambientais tanto para a região do Alentejo como para o todo nacional.

Acredito firmemente na inteligência e capacidade de inovação humanas para fazer face aos impactos negativos que estas grandes obras sempre acarretam, e para adaptar as práticas tecnológicas utilizadas em cada momento à sua envolvente em constante mutação.

1. OS FACTOS

- o EFMA, na sua 1ª fase, beneficia cerca de **120 mil hectares**, cuja infraestruturação está já concluída;
- a 2ª fase do EFMA prevê beneficiar cerca de **48.000 hectares** adicionais, todos eles incluídos no Programa Nacional de Regadios, aprovado pelo anterior Governo, com financiamento garantido (?) através do PDR-2020 e de empréstimo do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB); esta 2ª fase deverá estar implementada até final de 2023 (dentro de 4 anos);
- ao longo dos últimos anos instalaram-se, em áreas confinantes do EFMA (não incluídas nos blocos de rega), mais de **20.000 hectares** de área a título precário, a esse título autorizadas pela EDIA;
- a EDIA, para além de assegurar o fornecimento de água às áreas atrás referidas (num total de **188.000 hectares**), deverá igualmente garantir o fornecimento de água a alguns dos perímetros de rega confinantes, que passaram a integrar o sistema hidráulico;
- utilizado uma estimativa por defeito (média dos anos 2016 e 2017), e entrando apenas em conta com os perímetros de Odivelas e do Roxo, o volume de água fornecido a estes aproveitamentos rondou os 50 hm^3/ano (34 milhões de m^3 para o Roxo, e 15 milhões de m^3 para Odivelas);
- se considerarmos que existem outros perímetros que irão igualmente necessitar de reforço (Vigia, Campilhas e Vale do Sado), e que a frequência de necessidade dos tais reforços (fruto das alterações climáticas) tenderá a aumentar, será avisado contar com uma **necessidade da ordem dos 100 hm^3/ano para este efeito**
- o título de utilização de recursos hídricos de que a EDIA dispõe para fins de rega é de 590 hm^3/ano (volume máximo de água que pode ser distribuído para rega a partir do sistema hidráulico do EFMA).

2. AS CONSEQUÊNCIAS

- o volume anual disponível para rega no EFMA, deduzido o volume a fornecer aos perímetros confinantes atrás referidos, é de **490 hm^3/ano**;
- a conclusão da 2ª fase do EFMA e a satisfação dos regantes precários atualmente instalados, num cenário de 100% de adesão ao regadio, permite disponibilizar, no máximo, uma dotação média bruta de **2.600 m^3** de água por hectare irrigado;
- se admitirmos uma adesão de apenas 80% ao regadio (o que me parece pouco, tendo em conta a pressão da procura na região), a dotação média bruta disponível passa, no máximo, para os **3.250 m^3** de água por hectare efetivamente regado;
- as culturas atualmente instaladas no EFMA (incluindo os modernos olivais de regadio), e aquelas que se pode perspetivar que aí venham a ser instaladas ao longo dos próximos anos, têm necessidades brutas anuais de rega tendencialmente superiores a 2.600 m^3/ha; em anos mais "difíceis" (temperaturas mais elevadas e menor precipitação durante os meses de atividade vegetativa das plantas), estas necessidades tenderão a aumentar;
- com exceção do olival e da vinha (e, mesmo estes, têm dias), as restantes culturas atualmente praticadas no EFMA têm necessidades anuais brutas de rega superiores a 3.250 m^3/ha, valores esses que tenderão a ser mais elevados nos anos mais exigentes.

3. O PROBLEMA/DESAFIO

Perante os factos atrás mencionados e as consequências imediatas que deles resultam admitindo a conclusão da 2ªfase do EFMA, estamos perante um cenário de potencial "insuficiência" de água para satisfazer a procura que irá ocorrer dentro de 3 a 4 anos. Esta insuficiência **não decorre** da eventual escassez associada ao volume de água armazenado nas barragens e reservatórios do sistema hidráulico do EFMA (que aqui não está em causa), mas antes ao volume associado ao Título de Utilização de Recursos Hídricos para regadio (os 590 hm3/ano já referidos) e à procura projetada.

4. AS SOLUÇÕES NECESSÁRIAS PARA VENCER O DESAFIO

a. **A incorporação das áreas de "regantes precários" no EFMA (mais de 20 mil hectares) deveria ter sido o primeiro passo na expansão do EFMA**. Porquê? Porque o investimento na distribuição de água até às parcelas já estava feito (no caso, pelos privados) e porque será muito difícil que a EDIA venha um dia, em caso de escassez, a "cortar" o fornecimento de água a uma área que está essencialmente ocupada por culturas permanentes (olival e amendoal). É verdade que a lei estaria sempre do lado da EDIA (o regante precário sabe que, face à lei e em caso de necessidade, é o primeiro a ficar sem água), mas o eventual impacto de "deixar morrer" tamanha área de "pomares" (ou afetar de forma significativa o seu potencial produtivo para vários anos) é praticamente insustentável. No meu entender a EDIA (em articulação com a DAGDR que é quem pode validar a alteração dos limites dos blocos de rega) ainda vai a tempo de o fazer, devendo para tal articular-se com as exigências em matéria de Estudo de Impacto Ambiental.

b. Face aos cálculos apresentados, penso que **deveria ponderar-se de forma cautelosa a "velocidade" de implementação da 2ª fase do EFMA**. A revisão do ritmo de crescimento da área regada nos próximos anos poderia permitir um conjunto de outras decisões relevantes que se refletissem no aumento do volume de água associado ao Título de Utilização de Recursos Hídricos para rega atualmente existente. De facto, e de acordo com estudo recente em que a Agroges participou, as afluências ao sistema hidráulico do EFMA conseguem satisfazer 590 hm3/ano para rega com um grau de certeza próximo dos 100%.

a. Mesmo submetido a cenários mais extremos de alterações climáticas, a redução do grau de certeza é meramente marginal, passando para 98%. Ou seja, mesmo considerando os restantes usos da água (humano, industrial, caudal mínimo) há uma grande capacidade da albufeira para uma maior dotação para a agricultura. Tal negociação poderá ter que passar pelo aumento da capacidade de armazenamento das afluências ao sistema hidráulico do EFMA, soluções essas que exigem tempo para ser estudadas e implementadas. Estando a EDIA a trabalhar nesse sentido (e sei que está), o tempo poderá ser um aliado inestimável.

b. A gestão sustentável de um "perímetro de rega" como Alqueva (ou qualquer outro) **exige uma limitação à área máxima que pode estar ocupada com culturas permanentes** (vinhas, olivais, amendoais, uva de mesa e outros pomares – por curiosidade, em Alqueva, esta percentagem foi de 70% em 2018). Esta limitação é a forma mais séria e eficaz de garantir um "buffer" de segurança em caso de grave insuficiência de disponibilidades de água para rega. De facto, as áreas afetas a culturas anuais (por oposição a culturas permanentes), ao serem objeto de decisão (de sementeira ou plantação) em cada ano, podem permitir uma redução no volume de água procurado. É, aliás, esse o princípio que está inscrito nos regulamentos de muitos dos perímetros de rega e nos planos de gestão de bacias hidrográficas: em caso de escassez, as culturas permanentes (que sofrerão danos quase irreparáveis se não forem regadas) têm prioridade sobre as culturas anuais (que não serão semeadas nesses anos, limitando as perdas para o produtor). Tendo em conta as "potenciais limitações evidenciadas em matéria de disponibilidade de água", esta questão é particularmente relevante em Alqueva, onde a % área ocupada por culturas permanentes se pode aproximar rapidamente do limiar da insustentabilidade.

c. Dir-se-á que algumas das culturas permanentes mais relevantes em Alqueva (nomeadamente o Olival) são aquelas que apresentam menores necessidades anuais de água (dotações brutas entre 2000 e 3000 m^3/ha. ano). É verdade que sim, e ainda bem que assim é, pois caso contrário a ameaça de potencial escassez seria muito mais grave do que aquela a que fizemos referência. Mas não é menos verdade que **não podemos olhar para a resolução deste problema "impondo" (através de uma política de tarifários ou de outra forma qualquer) uma ocupação do solo com base apenas nas "culturas que consomem menos água por hectare"**. As culturas que consomem mais água por hectare (o que não significa que sejam menos eficientes no uso que fazem dessa água) – como o milho, as hortícolas e horto industriais, os amendoais ou nogueirais, os prados e pastagens regadas, os pomares de maçãs, peras, pêssegos, citrinos ou uva de mesa – são essenciais para garantir alguma diversidade na ocupação do perímetro, com vantagens para todos.

Os "desafios de escassez" com que Alqueva se vê confrontado são "desafios bons"

d. As opções **políticas subjacentes ao tarifário de água para rega em Alqueva** podem jogar aqui um papel decisivo. Mas há que ter bem claro quais são esses objetivos, e as alterações devem ser profundamente cautelosas. Algumas questões sobre esta matéria:

- subir "de forma cega" o preço da água, como forma (eficaz) de desincentivar o consumo, conduzirá a uma redução expressiva do leque de culturas que sobreviverão no EFMA; de facto, os preços de água atualmente praticados já se aproximam perigosamente (ou superam em diversos casos) da "disposição a pagar pela água" associada a muitas dessas culturas;

- definir tarifários em função das culturas (baixar o preço da água para culturas com menores disposições a pagar pela água) e de "dotações de referência" (o volume dentro da dotação de referência para uma determinada cultura seria cobrado a um determinado preço, e volumes adicionais seriam cobrados a um preço mais elevado) pode ser um caminho interessante, **mas tem que ser muito bem pensado**. De facto, as necessidades reais em água de rega de uma determinada cultura num determinado ano não dependem apenas da espécie e da tecnologia. Dependem também, e de forma significativa, de todas as variáveis que afetam os valores de evapotranspiração real (temperatura, vento, humidade do ar, etc...) e da precipitação verificada e sua distribuição ao longo do tempo. Limitar o consumo de água a um "volume de referência" pode ter como consequência o verdadeiro desperdício desse volume, particularmente em anos em que as necessidades reais se situem claramente acima do limite definido;
- se centrarmos a definição do tarifário de Alqueva apenas nos objetivos de reduzir os consumos de água, corremos o risco de colocar em causa os grandes objetivos que presidiram à sua construção – Alqueva foi construído para permitir o regadio e não para evitar que se utilize água.
- de forma complementar ao que atrás referi, não podemos fazer crescer o sistema (2ª fase do EFMA), com o consequente impacto no aumento de procura da água, e centrar a política de tarifários na redução dessa mesma procura.

a. Uma outra via a explorar (desde que acompanhada pela limitação no peso das culturas permanentes no perímetro) no sentido de conferir flexibilidade ao sistema, seria a criação e a atribuição aos agricultores de "direitos de água" – a cada regante de Alqueva, em função da área beneficiada da sua exploração, seria atribuído o direito de utilizar um determinado volume de água. Esse volume de água poderia, anualmente, ser "negociado" entre regantes, respeitando as limitações hidráulicas específicas de cada bloco em cada momento. Desta forma, num ano de escassez de água efetiva, um agricultor com área de culturas anuais poderia "ceder" esse direito a um agricultor com culturas permanentes, por um valor que a ambos satisfizesse. Por exemplo, se uma cultura temporária tiver uma expetativa de resultado líquido de 500 €/ha com a utilização de 5.000 m^3/ha de água, o agricultor poderia estar disposto a ceder esse volume de água contra o recebimento de 0,1 €/m^3, valor esse que seria pago por quem tenha culturas com maior capacidade de remunerar a água e que, nesse ano, estivesse confrontado com a insuficiência do seu "direito de água". Ou mesmo por um valor menor, dado o menor risco desta opção por comparação com a opção de produzir. Este tipo de solução só fará algum sentido se estiver salvaguardado que essas culturas anuais têm espaço na área beneficiada, pois elas serão sempre o buffer de segurança que confere elasticidade instantânea ao sistema.

5. EM CONCLUSÃO

Os "desafios de escassez" com que Alqueva se vê confrontado são "desafios bons". Resultam do seu próprio sucesso e da resposta dos agricultores que aí foram investindo ao longo dos últimos anos. Vencer estes desafios está totalmente ao alcance da EDIA, da respetiva tutela política e dos regantes beneficiados. Mas isso exigirá tempo para encontrar as melhores soluções e capacidade para a criação de "folgas" no sistema.

Exige igualmente que as opções políticas do Governo e da EDIA sejam definidas tendo por base os grandes objetivos que presidiram à sua construção e não o princípio absoluto da redução do consumo que, no limite, transformará o EFMA num Perímetro de "sequeiro ajudado" e de reduzida diversidade de opções para os seus utilizadores.

EPISÓDIO 7

O SETOR VITIVINÍCOLA EM PORTUGAL: **O PANORAMA**

O EPISÓDIO 7 DO PROGRAMA "A TERRA E OS HOMENS" É INTEIRAMENTE DEDICADO A UM DOS MAIS IMPORTANTES SETORES DA AGRICULTURA EM PORTUGAL: O SETOR DO VINHO E DA VINHA.

A produção de vinho está profundamente associada à história dos portugueses e presente em quase todo o território nacional. Desde há vários séculos que o vinho é considerado o produto com maior importância socioeconómica do país. Aliás, era costume dizer-se que "beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses".

Em Portugal produz-se vinho com uma grande variedade alcoólica: com maior ou menor acidez, mais ou menos corpo e com uma grande variedade de cores, aromas e sabores. No entanto, um dos grandes problemas que o sector enfrentava era a sua falta de dimensão, devido às regiões demasiados pequenas para responder à pressão da procura. Há 25 anos, Portugal apresentava uma das médias mais baixas de produtividade na União Europeia.

Neste episódio recorda-se também os programas de financiamento, inclusive a adesão à CEE que fomentou a modernização do sector de vitivinícola, assente sobretudo na restruturação da vinha e na melhoria do sector de transformação e comercialização dos vinhos.

Como convidados do programa, estiveram presentes o sucessor da J.M.F António Soares Franco, a presidente do CVRA Clara Roque do Vale, Dias Cardoso da Est. Vitivinícola de Anadia, o engenheiro Santos Soeiro, presidente do Instituto da Vinha e do Vingo (IVV) e o diretor da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), João Machado. O comentário da semana foi da responsabilidade do Engenheiro Agrónomo Sevinate Pinto.

AGRO.GES
estudos e projetos

Acompanhe-nos
Pode subscrever
a nossa newsletter aqui

AGRO.GES online

Morada
Av. da República, 412
2750-475 CASCAIS
PORTUGAL